



ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CRUZ ALTA/RS

BARCAROLO, Taylana Borba¹; GAKLIK, Émille Schmid²; HAMMES, Djulia³;
KARNIKOWSKI, Caroline⁴.

Palavras-Chave: Edifícios públicos. Acessibilidade. Mobilidade. Ergonomia.

INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras surgiram em uma época em que não havia a preocupação em incluir as pessoas com deficiências na sociedade, e as edificações históricas inseridas nesse contexto, também não facilitavam a inclusão (ANDRADE e ELY, 2012).

O tema acessibilidade atualmente tem sido tratado em seus mais diferentes aspectos por diversos setores da sociedade, no intuito de diminuir o isolamento em que se encontram várias pessoas que possuem necessidades especiais. Este esforço é para inserir estes cidadãos na sociedade, em todos os aspectos. Vale ressaltar que a acessibilidade não engloba somente pessoas com deficiência seja ela definitiva ou transitória, mas também pessoas com mobilidade reduzida, obesos, mães com carrinho de bebê, grávidas, idosos, crianças e pessoas sem conhecimento do local. Atualmente é fundamental aplicar a legislação de acessibilidade em projetos, para que eles possam ser utilizados por um público diversificado, independente de suas capacidades ou limitações.

O trabalho consistiu na análise das condições de acessibilidade apresentadas em dois equipamentos urbanos de uso público localizados no município de Cruz Alta, RS: a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. Após os resultados obtidos, foi possível elencar recomendações projetuais que visam qualificar as edificações e adequá-las de acordo com as normativas de acessibilidade.

¹ Arquiteta e Urbanista. E-mail: taylana_borba@hotmail.com.

² Arquiteta e Urbanista. Mestra em Engenharia Civil e Ambiental. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA- UNICRUZ. E-mail: egaklik@unicruz.edu.br

³ Arquiteta e Urbanista. E-mail: dju.hammes@hotmail.com.

⁴ Arquiteta e Urbanista. E-mail: cleocarolinekarnikowski@gmail.com.



METODOLOGIA OU MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve como embasamento a metodologia de Gil (2002), na qual o processo metodológico é classificado como um Estudo de Caso. Em um segundo momento, realizou-se a visita exploratória para percepção espacial dos técnicos (arquiteto e acadêmicos da área). Esta etapa, caracterizou-se pela análise técnica *in loco*, obtendo o registro métrico e fotográfico do espaço construído e as informações quanto às condições de acessibilidade do local. Posteriormente, realizaram-se passeios acompanhados nas duas edificações com pessoas que apresentam restrições de deslocamento ou características relevantes para a pesquisa. O objetivo dos passeios acompanhados foi identificar a percepção dos indivíduos frente às condições de acessibilidade dos edifícios. Esta atividade permitiu verificar o nível de satisfação dos usuários em relação aos ambientes e aos serviços prestados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos métodos aplicados, foi possível identificar as principais barreiras da acessibilidade existentes em ambas edificações e posteriormente, promover soluções arquitetônicas para que as mesmas se tornem acessíveis.

O edifício da Câmara de Vereadores apresenta diversas barreiras arquitetônicas que impedem e dificultam o acesso e uso dos usuários. A inexistência de elementos como: guia e mapa tátil, plataforma/elevador (acesso vertical) aos demais pavimentos, tecnologia assistiva, corrimãos, banheiros adaptados a pessoa com deficiência (PCD), mobília acessível, entre outros, prejudicam diariamente inúmeras pessoas de fazerem o uso do local.

A Prefeitura é composta por dois edifícios: o primeiro, datado de 1914 e o anexo (fundos do lote), construído anos depois. O primeiro edifício, que tem a sua fachada voltada para a Rua General Osório, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) devido ao seu valor arquitetônico. O ato de tombamento faz com que as leis referentes à acessibilidade sejam específicas para este tipo de edificação (Lei n. 10.098/2000). Os edifícios da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores possuem problemas de acesso para os demais pavimentos (a circulação vertical se dá somente por escadas), não possuem guia e mapa tátil para deficientes visuais, tecnologia assistiva, apresentam barreiras no acesso de rampas internas e banheiros, não possuem banheiro adaptados a pessoa com deficiência (PCD) e indicação/rota de saída do edifício.



Sendo assim, através de todos estes levantamentos, foi possível propor futuras soluções que promovam acessibilidade. As adequações de ambos edifícios consistem na implantação de elementos arquitetônicos como: piso e mapa tátil, tecnologia assistiva para deficientes auditivos, indicador de pavimento, elevador/plataforma elevatória, placas indicativas de rota de fuga e saída, inserção e adequação de rampas conforme a NBR 9050, corrimão em locais necessários, alteração de layout (para eliminar barreiras arquitetônicas existentes), inserção de banheiros acessíveis para PCD e mobiliários com ergonomia adequada.

Todos estes elementos inseridos na proposta de adequação, tanto na Câmara de Vereadores quanto na Prefeitura Municipal, contribuirão para que todos os ambientes de ambos edifícios se tornem acessíveis a todas as pessoas. Nota-se que as soluções propostas consistem com a realidade atual e todas são de fácil aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

O método de avaliação de acessibilidade utilizado ao longo das visitas permitiu a identificação das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao se deslocarem no interior das edificações analisadas. Concomitantemente, o embasamento teórico obtido junto à NBR 9050/2015 foi imprescindível para que fosse possível elencar os problemas espaciais existentes nos ambientes e analisá-los quanto ao quesito de acessibilidade.

Dentre os componentes de acessibilidade, os que mais apresentaram deficiência estão atrelados à orientação espacial, aos componentes de deslocamento e ao uso. Os resultados obtidos permitem concluir que também há uma grande dificuldade no acesso aos edifícios e seus respectivos pavimentos, bem como nas circulações verticais – em ambas as edificações ocorrem por meio de escadas, impedindo a locomoção de pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

Diante do exposto, foi possível verificar que as características espaciais das edificações estão em desacordo com a legislação referente às questões de acessibilidade. Para que as edificações estejam em conformidade com as normativas, foram elencadas soluções arquitetônicas para viabilizar a acessibilidade e o deslocamento da população no interior dos edifícios. Recomenda-se que as normas pertinentes sejam aplicadas e fiscalizadas pelos órgãos



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBIC
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



competentes, a fim de permitir e garantir o acesso dos indivíduos aos serviços prestados nestes equipamentos públicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Isabela Fernandes; ELY, Vera Helena Moro Bins. **Edificações Históricas Preservadas: Intervir Para Torná-Las Acessíveis**. Abergó. 2012. Disponível em <<http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/185>> Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos – NBR 9050: 2015**. Rio de Janeiro, ABNT, 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZ ALTA. Disponível em <<http://www.camaracruzalta.com>> Acesso em 05 de março de 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAÉ. Disponível em <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=23802>> Acesso em 10 de março de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. SÃO PAULO, Editora ATLAS S.A. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. Disponível em <<https://cruzalta.atende.net/#!/tipo/inicial>> Acesso em 10 de março de 2018.